

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 1 Janeiro - Abril 2025

ARTIGO

EXPLORANDO EQUÍVOCOS NA INTERSECÇÃO DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA ARTE RUPESTRE

Luz Bispo Lima*

RESUMO

Este artigo investiga as interpretações equivocadas da arte rupestre do Parque Nacional da Serra da Capivara sob a perspectiva da teoria queer e dos estudos de gênero. O objetivo é analisar como as construções sociais de gênero e sexualidade foram mal interpretadas em estudos anteriores, especialmente em relação à diversidade sexual e de gênero. A pesquisa adota uma abordagem crítica e bibliográfica, revisando obras que aplicam a teoria queer à arqueologia. O foco está nas representações de falos e vulvas nas pinturas rupestres, examinando como essas interpretações se alinham ou divergem das teorias contemporâneas de gênero e sexualidade. As análises prévias da arte rupestre revelaram uma leitura anacrônica, ao projetarem conceitos modernos de gênero e sexualidade sobre culturas pré-históricas. O estudo evidencia a superficialidade dessas interpretações, que sugerem práticas queer sem uma fundamentação teórica robusta, questionando a validade de associar essas representações a identidades sexuais contemporâneas. O artigo conclui que as interpretações da arte rupestre carecem de um embasamento teórico consistente sobre gênero e sexualidade, o que resulta em distorções significativas. De forma crítica, questiona a disseminação dessas leituras equivocadas, alertando para o risco de perpetuar discursos LGBTfóbicos e infundados no campo arqueológico. A pesquisa é fundamental para revisitar as interpretações arqueológicas à luz dos estudos queer e de gênero, corrigindo visões anacrônicas e promovendo uma compreensão mais inclusiva e rigorosa das representações culturais pré-históricas.

Palavras-chave: Arqueologia queer; Estudos de gênero; Arte rupestre; Teoria queer

* Mestranda em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: Luzbispo09@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4866-3198>

EXPLORING MISCONCEPTIONS AT THE INTERSECTION OF SOCIAL CONSTRUCTION OF GENDER IDENTITIES AND SEXUALITIES IN ROCK ART

ABSTRACT

This study investigates the mistaken interpretations of rock art from Serra da Capivara National Park, Brazil, under the perspective of queer theory and gender studies. It aims to analyze how previous studies have misinterpreted its social constructions of gender and sexuality, especially regarding sexual and gender diversity. This research adopted a critical and bibliographic approach, reviewing works that apply queer theory to archaeology. It focuses on representations of phalluses and vulvas in rock art, examining how these interpretations align with or diverge from contemporary theories of gender and sexuality. Previous analyses of rock art have offered anachronistic readings by projecting modern concepts of gender and sexuality onto prehistoric cultures. This study highlights the superficiality of these interpretations, which suggest queer practices without robust theoretical grounding and questions the validity of associating these representations with contemporary sexual orientations. This study concluded that the interpretations of rock art lack a consistent theoretical foundation on gender and sexuality, resulting in significant distortions. Critically, it questions the dissemination of these erroneous readings, warning of the risk of perpetuating LGBTphobic and unfounded discourses in archaeology. This research is essential to revisit archaeological interpretations considering queer and gender Studies, correcting anachronistic views and promoting a more inclusive and rigorous understanding of prehistoric cultural representations.

Keywords: Queer archeology; Gender studies; Rock art; Queer theory

EXPLORANDO EQUIVOCACIONES EN LA INTERSECCIÓN DE LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE IDENTIDADES DE GÉNERO Y SEXUALIDADES EN EL ARTE RUPESTRE

RESUMEN

Este artículo analiza las interpretaciones equivocadas del arte rupestre del Parque Nacional de la Serra da Capivara, Brasil, desde la perspectiva de la teoría queer y los estudios de género. Su objetivo es analizar cómo las construcciones sociales de género y sexualidad han sido mal interpretadas en estudios anteriores, especialmente, en lo que respecta a la diversidad sexual y de género. La investigación adopta un enfoque crítico y bibliográfico, revisando obras que aplican la teoría queer a la arqueología. El enfoque se centra en las representaciones de falos y vulvas en el arte rupestre, examinando cómo estas interpretaciones se alinean o divergen de las teorías contemporáneas sobre género y sexualidad. Los análisis previos del arte rupestre revelaron una lectura anacrónica al proyectar conceptos modernos de género y sexualidad sobre culturas prehistóricas. Este estudio destaca la superficialidad de estas interpretaciones, que sugieren prácticas queer sin una base teórica robusta, cuestionando la validez de asociar estas representaciones con identidades sexuales contemporáneas. Este artículo

concluye que las interpretaciones del arte rupestre carecen de una base teórica coherente sobre género y sexualidad, lo que resulta en distorsiones significativas. De manera crítica, cuestiona la difusión de estas lecturas erróneas, advirtiendo sobre el riesgo de perpetuar discursos LGBTfóbicos y sin fundamento en el campo arqueológico. La investigación es fundamental para revisar las interpretaciones arqueológicas a la luz de los estudios queer y de género, corrigiendo visiones anacrónicas y promoviendo una comprensión más inclusiva y rigurosa de las representaciones culturales prehistóricas.

Palabras clave: Arqueología queer; Estudios de género; Arte rupestre; Teoría queer

INTRODUÇÃO

Com a mudança política na arqueologia nas últimas décadas e a crítica aos enfoques positivistas, o passado é agora compreendido como múltiplo e subjetivo (Hodder, 2008; Trigger, 2008). É essencial reconhecer a relevância da crítica dos estudos de gênero na área e a integração da agenda dos estudos queer, no cenário internacional e nacional. Essas discussões têm se desenvolvido de diversas maneiras e em diferentes escalas, impulsionadas principalmente por uma nova geração de pesquisadores (Bandeira, 2020; Ferreira; Funari, 2009; Pagnossi, 2017)

De acordo com Bandeira (2020, p. 64-65), “A incorporação da Teoria queer no âmbito da Arqueologia e o seu poder de mudar radicalmente a nossa percepção sobre o passado e o presente são ferramentas poderosas para a incorporação de novas agendas no nosso campo de atuação”. A arqueologia queer busca romper com a expectativa de que o passado reflete as próprias imagens do presente, caracterizadas por uma estrutura familiar monogâmica, cristã, heterossexual e naturalizada por séculos de dominação. Ou melhor, as teorias feministas e queer têm mostrado que esse modelo nuclear é historicamente e socialmente datado. As interpretações heteronormativas têm tornado a diversidade sexual e de gênero invisível no registro arqueológico, resultando em versões incompletas do passado que frequentemente se mostram superficiais, anacrônicas e influenciadas pelo comportamento social contemporâneo.

Este artigo baseia-se no trabalho de pesquisadores que interpretam a arte rupestre no Parque Nacional Serra da Capivara, com reflexões queer. Após um levantamento bibliográfico, busca-se demonstrar a falta de repertório alinhado às críticas dos estudos de gênero e da teoria queer, bem como as mais absurdas interpretações sugeridas. Essa inquietação surge porque esses trabalhos têm alcançado certa relevância, apesar de suas reflexões pouco fundamentadas. Como pesquisadora da área, critico a disseminação dessas comparações anacrônicas que sustentam o discurso de indivíduos abertamente LGBTfóbicos, evidenciando um problema significativo na abordagem atual.

TEORIA QUEER E IDENTIDADE: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE GÊNERO E SOCIEDADE

Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher” Simone de Beauvoir (2014, p. 9) investiga o papel do discurso biológico na formação da identidade feminina, observando uma tendência à marginalização e desumanização da mulher em contraste com a identidade masculina. Esse fenômeno, sob análise, mostra uma aprofundada relação das

dinâmicas socioculturais e nos discursos médico-jurídicos, que influenciam a construção e a perpetuação das hierarquias de gênero, como visto por Nayara Nicodemos (2021).

E ao que parece assim ser, com a ascensão expressiva da terceira onda dos estudos feministas da década de 1980, o termo gênero¹ é tratado como um complemento nos estudos sobre as mulheres, marcando uma ampliação do foco para incluir outras questões e identidades além do feminino., bem como sua subjetividade na apreciação de uma cultura construtiva e social. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” [...] tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (Scott; Lopes, 1995, p. 75).

Nesse contexto, no ano de 1990, Teresa de Lauretis introduziu o termo “teoria queer” para descrever uma nova abordagem analítica desenvolvida por um grupo de pesquisadores². Essa abordagem criticava os estudos sociológicos tradicionais sobre minorias sexuais e de gênero, propondo uma nova forma de investigação centrada na dinâmica da sexualidade e do desejo nas relações sociais. A escolha do termo queer reflete essa crítica, pois “[...] possui uma longa história, em inglês existe desde mais de quatro séculos, e sempre com denotações e conotações negativas: estranho, esquisito, excêntrico, de caráter duvidoso ou questionável, vulgar” (De Lauretis; Silva; Silva, 2021, p. 168.) A autora compreendeu sua aplicação àquele contexto como forma de ressignificar o termo, e, assim, virou signo de resistência.

De Lauretis sugere uma análise mais crítica dos estudos de uma população frequentemente excluída e apagada nas pesquisas de gênero e sexualidade, destacando “a importância de se pensar os processos de diferenciação está na desnaturalização da evidência, abrindo espaço para se refletir sobre os pressupostos que constituem as práticas e representações sociais” (De Lauretis, 1987, p. 2)³.

Como aponta Richard Miskolci, os teóricos queer “ênfaticam a maneira como o poder opera por meio da adesão dos próprios sujeitos às normas sociais” (Miskolci, 2009a, p. 325) e encontraram nas obras de Michel Foucault uma relação profunda com os estudos queer, pois Foucault descreve a sexualidade como um dispositivo que opera por meio de um conjunto diversificado de discursos e práticas sociais. O autor compreende que a sexualidade requer procedimentos que integrem elementos variados de regulação da vida social, como discursos, instituições, formas arquitetônicas, enunciados científicos, proposições morais e filosóficas (Foucault, 1990)⁴.

Em suma, a interseção entre a teoria queer oferece uma lente crítica e analítica poderosa para compreender a construção social das identidades de gênero e sexualidade. Ao desafiar as normas sociais e os discursos dominantes, os estudiosos queer propõem

¹ O termo “gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Há uma clara tentativa de conceber estados conceituais em que o gênero poderia ser descrito em relação às concepções masculinas e/ou femininas. “Como definição o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder do ocidente” (Scott; Louro; Silva, 1995, p. 88).

² A expressão surge como tema de um workshop organizado na Universidade de Califórnia, em Santa Cruz.

³ Essa teoria está “entre uma corrente da Filosofia e dos estudos culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação” (Miskolci, 2009a, p. 152).

⁴ Visto que o corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros.

uma reavaliação das práticas e representações sociais, destacando a importância da desconstrução e da análise das dinâmicas de poder subjacentes⁵.

A comunidade acadêmica, especialmente voltada para a população LGBTQIAPN+ em constante resistência, ganhou destaque ao longo do tempo por meio da abordagem que discute e dá representatividade científica a esse grupo. Os estudos de Butler (2003) são emblemáticos nesse sentido, ao contestarem o discurso biológico predominante, pois Butler argumenta que o gênero surge como uma resposta ao determinismo biológico, que concebe as diferenças entre homens e mulheres como naturalmente determinadas desde o nascimento.

Historicamente, a sociedade moderna fundamentou a definição de gênero em uma concepção dicotômica entre os sexos. No entanto, as ondas feministas e, mais recentemente, a incorporação de perspectivas não ocidentais – como as indígenas, africanas e afro-brasileiras – aos estudos de gênero têm revelado a complexidade da experiência humana em relação ao corpo, à sexualidade e aos papéis sociais ao longo do tempo e do espaço. Essa evolução nas abordagens tem imposto uma reavaliação dos paradigmas considerados antiquados e inadequados. Como argumenta Maria Lugones (2008), as categorias de gênero não apenas refletem, mas também perpetuam estruturas de poder que devem ser constantemente questionadas e desconstruídas⁶.

De maneira causal, a formação da teoria queer, como visto anteriormente, promoveu uma discussão do indivíduo e suas representações, que denunciou, entre diferentes análises, a opressão e marginalização desses “corpos estranhos”, pois “[...] o queer mantém, portanto, sua resistência aos regimes da normalidade, mas reconhece a necessidade de uma epistemologia do abjeto, baseada em investigações interseccionais” (Miskolci, 2009a, p. 173).

Heleieth Safiotti (1995), em vez de assumir que sujeitos têm experiências fixas, propõe que são as experiências que constituem os sujeitos, destacando, assim como nas identidades, que estão inscritas por meio de práticas sociais normalizadoras⁷ que diferenciam e subordinam indivíduos baseados em normas hegemônicas (Miskolci, 2006). Essa reflexão da culturalidade das identidades, segundo Heloisa Buarque de Hollanda (1994), é parte do processo intrínseco aos estudos feministas, que encaram um deslocamento segmentado de perspectiva, “[...] ao assumirem como ponto de partida de suas análises o direito dos grupos marginalizados de falar e representar-se nos domínios políticos e intelectuais que normalmente os excluem. [...]” (p. 8)

Joan Scott e Guacira Louro (1995) afirmam que “[...] o termo ‘gênero’ é utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina” (p. 75). Essa conexão que parte de um sistema sexo-gênero,

⁵ Essa abordagem não apenas questiona as estruturas existentes, mas também oferece novas perspectivas para a compreensão da diversidade humana e a promoção da inclusão e do respeito mútuo. Ao reconhecer a complexidade e a fluidez das identidades, a teoria queer, sobretudo como objeto de análise para pesquisas arqueológicas, nos convida a repensar conceitos arraigados e a abraçar a multiplicidade de experiências humanas (Gontijo; Schaan, 2017).

⁶ Nesse sentido, o esforço inicial desta intervenção relacionada ao feminismo caracterizou-se pela distinção entre sexo e gênero, desafiando a visão que os considerava sinônimos, colocando “o sexo biológico num quadro de apreensão do mundo; afirmação da liberdade e da escolha na coerência da pessoa, do indivíduo face ao social” (Swain, 1999, p. 1222).

⁷ Esses processos produzem sujeitos “normais” e “naturais” ao mesmo tempo que patologizam e marginalizam aqueles que não se conformam às normas estabelecidas.

apresentada por Beauvoir, foi também compreendida por Sherry Ortner (2004) e Nancy Chodorow (2018), que questionaram esse sistema, reconhecendo sua natureza como uma construção social que perpetua relações de dominação.

Outra referência importante nesse aspecto é a visão de Joan Kelly que, a partir de sua adesão a um paradigma marxista, enfatiza o papel causal dos fatores econômicos na determinação do sistema de gênero. No ensaio *The doubled vision of feminist theory*, Kelly (1979) aborda uma noção de realidade social sexualmente baseada, na interação entre os sistemas econômicos e os sistemas de gênero como catalisadores das experiências sociais e históricas.

Gayle Rubin (1975) advoga por uma abolição da diferenciação de gênero, desafiando a tendência de generalização de suas relações com o sexo, especialmente no que concerne à hierarquização que subordina o gênero feminino. Muitas vezes, essas dinâmicas foram omitidas dos discursos devido a processos sistemáticos de apagamento (Wichers, 2021).

Além disso, essa reflexão destaca o efeito biológico que valida e perpetua o sistema sexo-gênero⁸, resultando na manutenção de estruturas patriarcais e dominantes: “[...] essa explicação da ordem natural não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade” (Grossi, 1998, p. 4).

Uma vez que compreendemos “o deslocamento do sujeito, a dissolução e historicização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual, um novo olhar se constrói” (Rago, 1998, p. 91).

No entanto, *tornar-se* parece, de certo modo, inapropriada, pois Butler (2003, p. 27) não se esgueira da crítica de que “[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais”. O elemento cultura se dispõe no discurso formador dos processos e vivenciais sociais, que se postulam enquanto microssistemas culturais, identificados como forma expressiva de resistência. Butler e Rago abordam a lógica de suas análises sob paradigmas distintos, porém complementares. Suas perspectivas convergem para a compreensão de que a análise do indivíduo e de seu contexto é fundamental. Essa abordagem possibilita a construção de interpretações que transcendem as noções binárias arraigadas na sociedade moderna, permitindo-nos romper com o ciclo de exclusões existenciais.

Assim, a construção de uma possibilidade de escolha estaria, se não nos sentidos e modos em curso, para além da identidade feminina, se comportando de maneira transcendental na comunicação entre as diversas formas que feminismo assume.

Nesse sentido, o livre arbítrio de nossas escolhas em relação ao gênero está em constante oposição ou negociação com um conjunto de normas que dizem como devemos nos comportar, o que devemos vestir e a quem devemos desejar tendo como base nosso sexo (Firmino; Porchat, 2017, p. 56).

⁸ Destaca-se que as diferenças anatômicas, como as características fálicas ou vulvares, embora existam, são construções sociais e ideologicamente valorizadas pela cultura em diversas esferas de análise. Paralelamente, surgem normatizações políticas dentro das comunidades sociais que perpetuam essas construções, em que “[...] nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (Butler, 2003, p. 26).

Os debates em torno do gênero como construção social denunciam uma expressa urgência de pauta que se estabelece em múltiplos fatores conforme Andrea Maihofer (2016, p. 876):

Com isso, é efetuado um deslocamento paradigmático de perspectiva, abrindo um novo espaço teórico e empírico de gênero, diferença de gênero, corpo sexualizado, 'masculinidade', 'feminilidade' e orientações sexuais. Devem agora ser explicados em termos históricos e socioculturais.

Essa categorização das ideias acerca do gênero e sexo é observada no campo social, como forma de registro, seja ele escrito ou oral, e compreende-se que já não há mais espaço para determinismos biológicos em uma academia que, no necessário objetivo em analisar práticas e comportamentos sociais, se desloca em seus resultados para além de estruturas já superadas. No entanto, ainda é observável, dentro dos estudos da materialidade, a concepção de ideias que, em vez de somar para o enriquecimento do debate nas práticas interpretativas, de forma estrutural e frequente, apenas reproduzem discursos LGBTfóbicos.

Ao examinar a produção teórica nos estudos queer, uma questão central que surge no debate é a relevância de usar, em contextos brasileiros, um termo/conceito originário do exterior, levando a questionamentos sobre a tradução da expressão queer para o português (Pelúcio, 2012, 2014). Além disso, há uma discussão em andamento sobre a validade das abordagens e estudos rotulados como queer, especialmente no que diz respeito à apropriação desses termos. Essa reflexão busca compreender as implicações das terminologias queer nas esferas acadêmica e no ativismo político (Veras; Pedro, 2014).

Alguns trabalhos pioneiros, datados de períodos anteriores à consolidação formal dos estudos queer e sua inclusão nos ambientes acadêmicos brasileiros, podem ser identificados como precursores dessa abordagem. Entre esses marcos destaco três obras: *O estigma do passivo sexual* (Misse, 1979), *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo* (Perlongher, 1987) e *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (Trevisan, 2000).

Essas obras representam importantes contribuições para a discussão sobre questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero no contexto brasileiro. Abordando temas como sexualidade, prostituição masculina e construções sociais de gênero, esses trabalhos são caracterizados por métodos variados que incluem análises sociológicas, estudos antropológicos e narrativas pessoais. Sua influência é evidente no desenvolvimento subsequente dos estudos queer no Brasil, enriquecendo o debate acadêmico e contribuindo para uma compreensão mais complexa e plural das questões de sexualidade e gênero na sociedade brasileira.

Outra obra fundamental é o livro *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, organizado por Guacira Lopes Louro (2018), em que a autora apresenta uma coletânea de ensaios que abordam a complexa relação entre educação, corpo e sexualidade. Em diversas obras, Guacira explora as diversas maneiras pelas quais as práticas educacionais, especialmente no contexto escolar, lidam com questões de gênero, sexualidade e identidade (Louro, 1995, 2001, 2007, 2008).

Já no livro *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*, Guacira Lopes Louro (2018) explora a irreverência e a disposição antinormalizadora do movimento queer, destacando seu potencial político para além da sexualidade. A autora utiliza a ambiguidade do termo queer e suas possibilidades de tradução, aplicando essas ideias à

educação e às marcas do corpo, além de dialogar com Foucault. Louro desafia certezas e verdades estabelecidas, promovendo a intersecção entre multiplicidades, incoerências, conhecimento, ignorância, o belo e o grotesco. Revisando a trajetória dos movimentos homossexuais no Brasil e no exterior nas décadas de 1970 e 1980, a autora nota que a divulgação da identidade homossexual foi simultaneamente uma questão pessoal e política: “para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável [...] que o indivíduo se ‘assumisse’” (Louro, 2018, p. 32). No entanto, um efeito indireto desse movimento foi um processo de sua normalização dentro de um panorama sexista e heteronormativo. Nesse contexto, a valorização da homossexualidade reuniu uma diversidade de indivíduos e histórias sob um amplo guarda-chuva, com apenas uma condição, a de que o indivíduo se ‘assumisse’, ao mesmo tempo em que limitava os padrões “aceitáveis” para os homossexuais (classe média, monogâmico, branco, masculinizado etc.). Assim, essa política identitária, dentro de um contexto sociopolítico específico, tornou-se, em certa medida, “cúmplice do sistema contra o qual ela pretendia se insurgir” (Louro, 2018, p. 46).

Concluo este tópico com a reflexão de que, para os estudos de gênero, a teoria queer reconhece que as experiências são culturalmente moldadas, em um contexto no qual as normas hegemônicas são constantemente questionadas. Essa interação entre fatores econômicos e sistemas de gênero é crucial para entender as experiências sociais e históricas, sobretudo na análise de cultura material, denunciando a influência do discurso biológico na perpetuação de estruturas patriarcais.

Agir de modo a desnaturalizar a evidência cultural e historicizar as identidades é fundamental para uma análise crítica das dinâmicas de poder. Isso implica uma reavaliação das práticas sociais, propondo uma visão mais complexa e plural das questões de gênero e sexualidade. Compreender essas questões exige um olhar crítico sobre a cultura e a identidade, transcendendo as noções binárias e tradicionais.

REFLEXÕES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA ARQUEOLOGIA QUEER

Desde a década de 1980, houve uma ascensão de estudos na disciplina de arqueologia, com um enfoque particular na arte rupestre, que tem integrado de maneira crescente a teoria queer e os estudos de gênero. Especificamente, áreas como a arqueologia feminista, de gênero e queer têm emergido como campos de investigação que enriquecem a compreensão das práticas sociais e culturais passadas, especialmente no que concerne à sexualidade e identidade de gênero.⁹

A arqueologia de gênero, com os trabalhos pioneiros de Margaret Conkey e Joan Gero (1997), discutiu os problemas previamente destacados, como a crítica à arqueologia tradicional, suas metodologias e a perpetuação do machismo no meio acadêmico e profissional. Também se abordou como incorporar as demandas feministas à arqueologia, visto que, para as autoras, é fundamental reconsiderar as interpretações arqueológicas à luz das perspectivas de gênero e feministas, pois “[...] o gênero como um tema da Arqueologia suscita preocupação genuína para revisões muito necessárias das narrativas arqueológicas que sistematicamente ignoraram, desvalorizaram ou subestimaram os papéis, ações, contribuições e inovações das mulheres” (Conkey; Gero, 1997, p. 425).

⁹ À medida que a pesquisa sobre questões de gênero e sexualidade avançam na arqueologia, surge a necessidade de repensar nossa abordagem, buscando torná-la mais inclusiva e imaginativa diante das limitações impostas pelo androcentrismo.

Os primeiros trabalhos apresentados visavam desmistificar os argumentos da arqueologia tradicional e substituir o protagonismo masculino pelo feminino, o que, no período, suscitou diversas reações ao surgimento da arqueologia de gênero. Alguns autores aceitaram esses argumentos, incorporando-os em seus discursos e trabalhos, enquanto outros ridicularizaram e rejeitaram o movimento (Escórcio, 2008; Gilchrist, 2012).

Apesar do comprometimento da arqueologia de gênero com o feminismo, ainda existem lacunas teóricas e metodológicas que precisam ser abordadas para tornar a disciplina mais inclusiva e sensível às questões de gênero (Gomes, 2011; Lima, 2021; Ribeiro *et al.*, 2017). Como visto por Nadia Pagnossi (2017), alguns autores argumentam que é impossível dissociar a arqueologia de gênero da arqueologia feminista, uma vez que o feminismo abrange não apenas as questões relacionadas às mulheres, mas também as suas trajetórias históricas, como discutido pela autora. No entanto, outros autores, como Martí (2003), Wylie (1997) e Gomes (2011), sugerem que a arqueologia de gênero tem um escopo mais amplo, abordando diversas formas de identidade de gênero, enquanto a arqueologia feminista foca predominantemente nas relações de poder e na experiência histórica das mulheres. Ambos os conceitos possuem uma abrangência temporal que ultrapassa essas definições rígidas, permitindo uma análise mais inclusiva e diversificada das identidades ao longo da história.

É nesse cenário que reitero a convergência entre a teoria queer e a arqueologia, expandindo a oportunidade de desafiar a naturalização dos sistemas classificatórios e das categorias, contribuindo para o diálogo sobre diversidade e direitos humanos. As/os arqueólogas/os desempenham um papel central na construção de narrativas sobre o passado, tornando vital o enfrentamento da colonialidade do saber para preencher lacunas e quebrar silêncios intencionais (Gontijo; Schann, 2017).

Isso pode impulsionar uma abordagem mais inclusiva e dinâmica na investigação do passado e do presente. Esse esforço implica em questionar os modelos de referência binários predominantes, examinar sua aplicabilidade cultural e histórica, aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais ao longo do tempo e reconhecer a construção social e cultural de nossas atuais categorizações (Bandeira, 2019).

Essa abordagem visa promover uma prática científica mais equitativa, reflexiva e colaborativa, que valorize a diversidade de vozes e perspectivas envolvidas na construção do conhecimento. Como salientado por Bárbara Voss (2007), é fundamental resistir à simplificação do passado em benefício do presente, ampliando o coro de vozes que se opõem a essa narrativa dominante.

REFERÊNCIAS QUEER INSUFICIENTES: PROBLEMAS NA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Ao decorrer dos últimos anos, a arte rupestre se tornou objeto de análise da arqueologia queer. Esse tópico do artigo se dedica a explorar como as referências queer foram insuficientemente corroboradas no exercício de interpretação de arte rupestre, as quais as autorias dos trabalhos aqui mencionados fizeram a partir de leituras rasas e em muitos casos inexistentes da teoria queer, ainda que este fosse, o objetivo dos trabalhos.

O primeiro título que iniciou estas análises foi *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato, Piauí* (Justamand, 2007). Nesse trabalho, o autor analisou as cenas rupestres dos sítios: Toca do baixão da perna II, Toca do baixão da perna IV, Boqueirão da pedra furada e Toca da passagem, destacando representações de mulheres e homens, cenas de sexo coletivas e em dupla bem como afirmações diretas a “cena de sexo: pedofilia (Serra da Capivara)” (Justamand, 2007, p. 102). Essas observações sugerem que as inscrições rupestres revelam aspectos da sexualidade dos grupos que habitavam a região.

No entanto, essa consideração carece de um embasamento teórico-metodológico robusto, o que limita e por vezes questiona a validade das interpretações apresentadas. A falta de uma análise aprofundada das evidências arqueológicas e da contextualização histórica das representações é algo constante em trabalhos que fazem referência a presença de atividade queer na pré-história do Piauí¹⁰, como observado também no trabalho de Michel Justamand *et al.* (2017). Não se trata de negar as possibilidades, mas de reconhecer o teor sensível que o movimento queer enfrenta na consolidação do próprio trabalho investigativo

Michel Justamand e Pedro Paulo Funari (2014) observam que as pinturas rupestres são representações estéticas da vida, das ações e dos afazeres humanos, sugerindo uma visão ampla da arte pré-histórica, mas sua interpretação se torna problemática ao afirmar que essas representações também revelam desejos mais recônditos, como a sexualidade, através da iconografia de falos e vulvas.

As pinturas rupestres são representações estéticas da vida, das ações e dos afazeres humanos. Representam também em suas formas alguns desejos mais sensíveis, ou os desejos mais recônditos, como a sexualidade. Mostram em suas representações os falos e as vulvas (Justamand; Oliveira, 2021, p. 50587).

Essa abordagem levanta questões sobre como as autorias operam suas narrativas, especialmente no que tange à aplicação de conceitos contemporâneos de gênero e sexualidade às expressões artísticas de sociedades distantes no tempo e no espaço¹¹, como as relações de gênero e sexuais entre os caçadores e coletores, bem como suas interpretações. Esses aspectos são importantes para repensar e reformular as práticas sociais em nossa sociedade contemporânea, que ainda enfrenta desafios na superação dos preconceitos relacionados a identidades de gênero e orientações sexual.

Embora as pinturas rupestres possam ser vistas como representações estéticas da vida e das atividades humanas, é problemático afirmar que elas refletem de maneira direta ou intencional os desejos mais recônditos, como a sexualidade. A interpretação de falos e vulvas nas representações rupestres podem ser uma projeção contemporânea de categorias de gênero e sexualidade que não necessariamente se aplicam aos contextos históricos das sociedades que as criaram, pois “para entender a dinâmica da evolução das diferentes identidades gráficas é necessário, além das variáveis espaciais integrar, também, as variáveis temporais” (Pessis *et al.*, 2018, p. 40).

Essas questões geram o risco de anacronismo, desconsiderando as múltiplas funções que essas imagens podem ter desempenhado, como rituais de caça, expressão espiritual ou comunicação simbólica. Portanto, atribuir um significado sexual específico

¹⁰ Pensar gênero e sexualidade sob essa perspectiva implica desafiar as categorias binárias frequentemente impostas às sociedades passadas e explorar a diversidade. Isso nos permite compreender melhor as dinâmicas culturais e sociais, revelando aspectos e experiências humanas que poderiam ser perdidos em leituras tradicionais.

¹¹ Fazemos um exercício de reflexão. Como podemos recorrer aos estudos queer e de gênero para compreender e validar identidades culturais associadas a figuras de gênero e sexualidade sem que o resultado nos leve a uma interpretação anacrônica ou distorcida da sociedade que estamos analisando? Em outras palavras, como evitar que nossas reflexões sejam moldadas por conceitos e valores contemporâneos ao estudar culturas e identidades de gênero de tempos e contextos diferentes, mantendo um olhar crítico e contextualizado?

a essas representações pode simplificar a complexidade cultural e social dos grupos pré-históricos, ignora outras dimensões que essas obras artísticas poderiam ter incorporado.

O discurso, entretanto, foge da proposta elencada durante o texto, uma vez que os autores dizem que:

as “mulheres”, ou o sexo feminino, acreditamos, estavam presentes partilhando e tomando parte em todas as discussões artísticas, socioculturais, econômicas e políticas dos grupos humanos desde a aurora dos tempos e em todos os recantos do globo (Justamand; Funari, 2014, p. 123).

Mas quais características e/ou métodos foram utilizados para compreender que aqueles antropomorfos podem ser adequados a uma leitura de gênero e identidade?

Para os autores, a representação de genitálias femininas e masculinas é utilizada para identificar a construção de gênero. A leitura de identidade é feita a partir de elementos gráficos específicos usados para distinguir as figuras femininas das masculinas:

As cenas rupestres, em suas tomadas gerais e ou em seus recortes, com representações genitais compõem um quadro a partir do qual é possível realizar as interpretações e análises. A nossa hipótese é que houve uma seleção intencional dos grupos, com seus autores e pintores, dos paredões mais adequados para sua cultura, para pintarem suas cenas diversas e, em especial, as genitálias (Justamand; Funari, 2016, p. 37).

Essa interpretação é baseada nas reflexões de Anne-Marie Pessis (2003) em *Imagens da Pré-História*, obra em que a autora descreve como as vulvas são representadas nas pinturas rupestres, afirmando que os traços distintivos das figuras femininas aparecem exclusivamente em cenas de caráter sexual, com a cavidade genital claramente destacada nos antropomorfos. Há um anacronismo tanto nas interpretações de Michel Justamand e Pedro Funari quanto nas de Anne-Marie Pessis.

Em outro artigo, intitulado “Arqueologia de gênero: teoria e fato arqueológico” (Pessis, 2005), a autora recorre a análise dos sítios Toca do Salitre, Toca do Nilson do Boqueirão da Pedra Solta e Toca da Entrada do Baixão da Vaca. São pontuadas características por meio da análise empírica das pinturas sobre possíveis apontamentos de desigualdades de gênero¹². A autora pontua que.

Observando as identidades, e possível observar-se que, no corpus gráfico considerado, existe uma identidade sexual com características típicas. Há três tipos de traços identificação: a) figuras portadoras da representação do falo; b) figuras portadoras da representação da vagina exteriorizada e finalmente, as figuras que não apresentam qualquer indicador de gênero e que são o tipo dominante no conjunto da tradição Nordeste de pinturas rupestres (Pessis, 2005, p. 20).

A associação automática entre o falo e a figura masculina, e entre a vagina e a figura feminina, é problemática pela lente da arqueologia queer e dos estudos de gênero. Essas representações gráficas não refletem uma identidade de gênero rígida, mas de possíveis

¹² Consideração que não compactuo, pelo nível de superficialidade do que fora apresentado.

expressões simbólicas¹³ de fertilidade, poder ou espiritualidade que transcendem as noções binárias de gênero contemporâneas. A ausência de indicadores sexuais em grande parte das figuras pode, ao contrário, sugerir que o gênero não era o principal aspecto que os artistas dessas sociedades desejavam destacar, ou que havia uma compreensão mais fluida de identidade, na qual as distinções morfológicas não correspondiam necessariamente a papéis sociais ou de gênero fixos.

Na “Foto 02 – Toca do Nilson do Boqueirão da Pedra Solta”, a autora afirma que.

Nas cenas de luta grupais ou de caça, atividades associadas aos homens nas comunidades organizadas, na base da desigualdade de sexo, aparecem numerosas figuras sem diferenciador sexual. São elementos que podem sugerir sociedades em que não existe a divisão sexual do trabalho (Pessis, 2005, p. 21).

A estranheza nessa consideração está na falta de relação com o fato de que a iconografia pode ter omitido detalhes por razões estilísticas, culturais ou ritualísticas, e a ausência de indicadores visuais não necessariamente reflete a dinâmica social real. Essa é uma questão lógica que, nos trabalhos aqui citados, não foi considerada, o que, a meu ver, não era a intenção.

A revisão bibliográfica desta pesquisa revelou outros trabalhos utilizados por esses autores que compartilham a mesma visão, tratando falos e vulvas como sinônimos de pênis e vaginas, estabelecendo paralelos diretos com a ideia de que, se há pênis é homem, e se há vagina é mulher. Essa comparação não condiz com os objetivos metodológicos dos estudos de gênero, da arqueologia queer, ou da arqueologia feminista¹⁴.

Por exemplo, no artigo “Arqueologia da sexualidade: representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara”, Justamand e Funari (2016) afirmam que “demonstramos, nesses escritos, que as mulheres, como mostram as cenas, participavam muito mais efetivamente da vida e das tomadas de decisões dentro dos grupos do que se pode imaginar” (Justamand; Funari, 2016, p. 36). Essas afirmações de que eram mulheres, ou do sexo feminino, apenas vão contra as ideias da teoria queer sobre construções sociais e performatividade, como visto também por Anne-Marie Pessis (2003, 2005) e contraposto por mim acima.

Para além de caracterizações anacrônicas, os autores ainda reproduzem estruturas sociais baseadas em gênero, em que podem ser visíveis as interpretações, tarefas ditas como, masculinas ou femininas.

Mesmo em cenas muito recorrentemente expressas por antropomorfos masculinos, os falos ou as vulvas não aparecem, como é o caso das cenas de caça, relacionadas, em geral, com afazeres masculinos ou as de coleta, em particular, indicada por muitos pesquisadores, como sendo um

¹³ Observem que o uso do termo “possíveis expressões simbólicas” não representa uma negativa ou afirmativa sobre a consideração como um fato, e sim como ela deveria ser pensada, não como em um tempo histórico tão distante, sem qualquer amparo a condições metodológicas diretas que nos levem efetivas relações sociais de gênero e/ou sexualidade, afirmarmos, ou não dar o benefício da dúvida a tais afirmações.

¹⁴ Não podemos nos abster de afirmar que os indivíduos pré-históricos não devem ser interpretados e analisados com métodos que associam membros fálcos ou vulvares como características determinantes de representatividade masculina ou feminina, sem incorrerem em contradição com o próprio objeto de estudo analisado pela ciência moderna, que já não legitima mais tais afirmações

afazer atribuído ao gênero feminino (Justamand; Funari, 2016, p. 37).

A falta de um contexto cultural específico nas análises, somada a interpretações baseadas em gênero e/ou sexualidades, coloca-se numa linha tênue, pois os padrões são frequentemente interpretados a partir de uma perspectiva moderna dessas relações sociais. Não podemos simplesmente assumir que a interpretação de falos como representações masculinas, em um contexto pré-histórico, seja algo lógico ou cientificamente válido. Já superamos a ideia de que o que existe no meio das pernas deva ser usado exclusivamente para definir a identidade de uma pessoa. Da mesma forma, não é natural supor que certos espaços eram automaticamente reservados para presenças masculinas ou femininas. Caro leitor, o que realmente é masculino? O que é homem? Como poderíamos, ao interpretar a arte rupestre, aplicar conceitos tão complexos e culturalmente construídos à representação humana de épocas tão distantes?

Para entendermos as dinâmicas sociais de uma cultura, seja ela material ou não, é necessário conhecer mais sobre ela, e uma análise primária acaba por gerar dois questionamentos que precisam ser respondidos e que os autores não se preocupam em fornecer.

Se há possibilidade de relacionarmos essas pinturas com identidades de gênero, como poderíamos fazê-lo? Quais seriam as características a considerar necessárias para que entendêssemos não o reflexo de nossa cultura moderna, mas sim a cultura a qual estamos analisando? É importante lembrar que as representações antropomórficas na pintura rupestre não devem ser interpretadas como reflexos diretos da identidade do indivíduo que as pintou, e sim como possíveis representações culturais, que são passíveis de múltiplas interpretações e considerações.

Como prática de uma generalização das ideias do ocidente, ditas como verdade absoluta, chegaremos a considerações que esse sistema, ao ser generalizado, apenas contribui de maneira a subtrair a importância e o entendimento que as estruturas de poder eram e são observáveis em culturas não colonizadas.

Outro ponto importante a ser destacado está nas tentativas que esses trabalhos têm em se usar supostas introduções de estudos feministas e/ou queer para fazer análises, como visto em Justamand *et al.* (2017), Justamand e Funari (2014) e Justamand *et al.* (2021b). A tecnicidade de um levantamento teórico é, além de fraca, insustentável para que se parta delas para considerações interpretativas.

Utilizarei um exemplo, cujo argumento se repete nos demais textos. Justamand *et al.* (2017) discutem que a arqueologia busca entender as sociedades humanas por meio de seus vestígios materiais, oferecendo duas abordagens: uma tradicional e asséptica, e outra mais dinâmica, que lê as relações entre humanos e não humanos. Nesse preâmbulo, se utilizam do material de Camila Wichers (2017), que sugere que tanto a arqueologia quanto a museologia, historicamente, reforçam normas de sexualidade que favorecem a figura do homem branco europeu, perpetuando estereótipos de gênero, uma vez que essa prática reflete um caráter colonizador.

Grande parte do que Justamand *et al.* (2017) dizem é compatível com parte das críticas da autora, mas eles ignoram a crítica que Wichers (2017, p. 46) faz às:

narrativas inseridas em uma Arqueologia de Gênero, muitas vezes, se pautam na reificação da categoria mulher. Nesse sentido, defendo que uma Arqueologia feminista tem a potencialidade de construir narrativas não apenas acerca das mulheres, mas sobretudo, das pessoas que são submetidas a exclusões a partir do gênero, sexualidade, raça, classe,

entre outros marcadores sociais da diferença.

Essas mesmas disposições são mascaradas em um discurso do sexo como marcador de gênero, as quais Camila Wichers (2017) também crítica, e que os autores utilizam nas legendas das figuras apresentadas, sob exemplo da “Figura 1: Prática sexual em grupo entre pessoas de sexo diferente e do mesmo sexo. Fonte: Toca do Baixão do Perna IV” (Justamand *et al.*, 2017, p. 284) e na “Figura 3: Prática sexual entre um antropomorfo do sexo masculino e dois antropomorfos do sexo feminino. [...] Fonte: Toca do Baixão do Perna II” (Justamand *et al.*, 2017, p. 284). Os autores consideram que.

A sexualidade é uma temática recorrente nos registros rupestres dos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, em especial os localizados no município de São Raimundo Nonato, que apresentam diversas cenas de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, sexo entre pessoas de sexos distintos, sexo de pessoas com animais, sexo grupal entre pessoas e sexo de adultos com crianças ou pelo menos na presença das crianças, como pode ser visualizado (Justamand *et al.*, 2017, p. 286).

A presença de crianças nas imagens não necessariamente indica abuso e/ou uma naturalização da prática pedofílica, mas pode representar aspectos de iniciação cultural ou rituais de passagem. É fundamental evitar a imposição de categorias contemporâneas de sexualidade em contextos pré-históricos complexos como estes que envolvam diretamente práticas criminosas, quais considerações senão que exista uma relação direta entre a naturalização de práticas sexuais homoafetivas à prática sexual entre animais e crianças?

Compreendendo a sexualidade como uma construção social, cultural e política, os autores defendem que a teoria queer oferece uma nova perspectiva para reavaliar as construções históricas de sexualidade, propondo um pensamento mais fluido e menos binário (Justamand *et al.*, 2017). Mas fica muito difícil tirar essas conclusões a partir desse estudo, uma vez que os autores se valem do discurso binário, bem como o reproduzem para transcrever interpretações que relacionam figuras demonstrando possíveis cenas pedofílicas, bem como zoofílicas, o que para uma leitura queer é inaceitável, irresponsável e, para dizer o mínimo, um desconhecimento total até de como essas culturas lidavam com maioria, relações sociais entre humanos e não humanos, reproduzindo pensamentos ocidentais e moderno acerca desses temas.

Em outro artigo, intitulado “The representations of ancestral sexuality in rock art, Serra da Capivara National Park, Piauí, Brazil”¹⁵, Justamand *et al.* (2023) não fazem uma só menção a cultura e teoria queer, mesmo que em suas conclusões os autores afirmem que:

Como podemos ver, imaginar e demonstrar ao longo deste ensaio, os grupos ancestrais que ocuparam o sudeste do Piauí tinham uma visão da sexualidade profundamente diferente, sem os preconceitos que observamos nos tempos contemporâneos. Eles deixaram registradas inúmeras possibilidades figurativas, como sexo em grupo, em pares,

¹⁵ E não, não é coincidência que todos os artigos desta área e desse grupo tenham nomes semelhantes, o que me parece ser proposital, todos apresentam o mesmo *modus operandi* de formatação e conclusão.

excitação coletiva, zoofilia e talvez pedofilia. Vale considerar que esses atos referidos e nomeados podem ser devido à projeção do universo cognitivo e conceitual dos pesquisadores, ao grau de realismo que se pensa ao situar a arte rupestre, ao contexto entre as “cenas”, os gráficos, quando tomados separadamente ou juntos [...] (Justamand *et al.*, 2023, p. 14).

O texto propõe a reflexão sobre a dificuldade de desvincular os resultados e as propostas metodológicas de uma pesquisa das representações queer, sem levar em conta como a teoria compreende essa comunidade. Em outras palavras, é um desafio conduzir uma pesquisa que não considere as especificidades e as realidades da comunidade queer, uma vez que essas realidades foram historicamente marginalizadas.

Para evitar erros que são fáceis de corrigir e prevenir, qual discurso se destaca ao reproduzir reflexões indutivas sobre possíveis relações sexuais homoafetivas inseridas no contexto moderno de relações pedofílicas ou zoofílicas? A comunidade LGBTQIAPN+ tem sido constantemente atacada por discursos judaico-cristãos e por abordagens médico-jurídicas que ditam como seus membros devem se comportar, como seus corpos devem ser, e se são ou não capazes de formar famílias.

Com isso em mente, percebo que você está afirmando que a comunidade LGBTQIAPN+ tem sofrido com o ódio social, e que análises superficiais apenas contribuem para essa situação, correto?

Exatamente, esse ponto precisa ser destacado. Contudo, eu esperaria que você dedicasse mais tempo a analisar e desconstruir as categorias propostas pelos autores. É crucial apresentar análises alternativas; caso contrário, o público pode se apegar a narrativas que são mais facilmente reconhecíveis, geralmente alinhadas à cisheteronormatividade.

A MARGINALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA QUEER: UMA CRÍTICA À INTERPRETAÇÃO DAS PINTURAS RUPESTRES

No artigo, “Novas notas sobre formas da sexualidade ancestral nas rochas Do Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI”, Justamand *et al.* (2021b) concluem que, ao longo dos tempos, as produções rupestres, independentemente de serem chamadas de sinalizações, registros ou outros termos, desempenhavam um papel fundamental na vida cotidiana daquele período, as quais “[...] contribuía para as vidas cotidianas daquele tempo e podendo até apresentar sugestões para pensarmos a sexualidade atual” (Justamand *et al.*, 2021b, p. 9) Por meio dessas expressões, as pinturas legaram um vasto conhecimento, que inclui aspectos relacionados às dinâmicas sexuais e à forma de interagir com o outro.

Anne-Marie Pessis (1984) estabelece uma abordagem que prioriza a formulação de um método analítico rigoroso. A autora investiga os gestos técnicos envolvidos na criação das pinturas e gravuras, destacando a importância das práticas culturais e a agência dos artistas na produção desse registro visual pré-histórico. Ela também sugere que a arte rupestre deveria ser compreendida em sua própria lógica interna, o que contribui para a análise dos vestígios materiais dentro de contextos culturais específicos.

Loredana Ribeiro (2009) ultrapassa os limites de uma análise meramente técnica ou formal, adotando uma interpretação mais pluralista, destacando como “a arte rupestre pode ganhar sentido na trajetória de comunidades atuais de modos variados” (Ribeiro, 2009, p. 157-158). Para a autora, as pinturas rupestres não apenas carregam os significados atribuídos por seus criadores originais, mas também adquirem novos sentidos nas apropriações contemporâneas.

Isso acontece especialmente em contextos em que as comunidades indígenas reivindicam os sítios como parte de sua cosmologia e memória ancestral, o que leva Ribeiro (2009, p. 157) a afirmar que “podemos investigar a participação dos testemunhos pré-históricos nos processos atuais de produção de significados”. Ela ainda observa que “explorando perspectivas similares às que ultimamente vêm sendo adotadas no estudo da arte rupestre, podemos destacar a participação e as implicações simbólicas e políticas dos sítios rupestres na vida dessas comunidades atuais” (Ribeiro, 2009, p. 158). Dessa forma, a arte rupestre deixa de ser apenas um registro do passado, tornando-se também um agente ativo na vida política e cultural de grupos contemporâneos. Esse processo pode envolver “a sacralização, proteção e inclusive destruição de testemunhos arqueológicos” (Ribeiro, 2009, p. 158) como parte da interação entre as comunidades e o registro material

A principal diferença entre essas abordagens está na forma como cada uma entende o papel das pinturas rupestres: enquanto Pessis foca na técnica e na autenticidade do passado arqueológico, Ribeiro amplia essa visão para incluir os significados contemporâneos, defendendo uma arqueologia que reconheça a participação ativa das comunidades atuais nos processos de atribuição de sentido a esses vestígios.

No entanto, vemos que na pesquisa de Justamand *et al.* (2021a) as conclusões fogem, tanto de uma possibilidade técnica como caem em contradição. Isso porque os autores concluem que

[...] embora as pinturas tragam cenas consideradas, por alguns, obscenas, bárbaras e imorais pelas/os observadoras/es ocidentais, é preciso lembrar que a sexualidade primitiva está separada, considerada diferenciada, não podemos comparar, diretamente, ao plano religioso e moral, atual; essa sexualidade é de uma outra modalidade de ligação entre o humano e o ser (Justamand *et al.*, 2021, p. 7-8).

Mesmo que, no discurso final, possamos extrair um pouco de lucidez, é na própria construção do texto que a contradição acontece, visto que para os autores, “elas/es deixaram registradas inúmeras possibilidades figurativas. Tais como: sexo grupal, em duplas, excitação coletiva, zoofilia e quem sabe pedofilia” (Justamand *et al.*, 2021a, p. 9). Essa mesma associação e erro são observáveis em obras como Justamand, Funari e Alarcón-Jiménez (2016), Justamand *et al.* (2017) e Justamand *et al.* (2022), que tendem a apresentar o mesmo discurso ao decorrer do texto, sempre conclusões similares.

Se a análise tem como objetivo evidenciar que essas cenas contribuem para a normalização de conceitos como pedofilia e zoofilia, especialmente para aqueles que não compreendem os fundamentos éticos que os tornam inaceitáveis nas interpretações contemporâneas, então o artigo cumpriu sua finalidade. No entanto, para fortalecer essa argumentação, é crucial incluir exemplos concretos que demonstrem como essa normalização se manifesta na sociedade atual

Entretanto, essas reflexões, por mais absurdas que possam parecer, estão diretamente ligadas aos autores que fizeram questão de expô-las. A afirmação de que há uma conexão entre “zoofilia e, quem sabe, pedofilia” (Justamand *et al.*, 2021a, p. 9) é um exemplo de como as ideias são apresentadas de forma controversa. Além disso, os autores sugerem que essas práticas poderiam contribuir para a compreensão da sexualidade atual: “[...] contribuía para as vidas cotidianas daquele tempo e poderiam até apresentar sugestões para pensarmos a sexualidade atual” (Justamand *et al.*, 2021, p. 9).

No entanto, se essa conexão não é suficiente para impactar o leitor, é importante ressaltar que o tema do artigo, assim como outros já citados, representa tentativas de interpretar registros que

supostamente demonstrariam traços culturais da comunidade queer desde a pré-história. Segundo os autores, essas práticas receberam críticas severas.

O propósito dos artigos parece ser mostrar que práticas sexuais modernas têm raízes históricas. Embora esse objetivo seja interessante, ele se torna problemático devido à distorção que apresenta. Além do anacronismo, a crítica central reside na associação implícita entre violência sexual e orientação sexual, a qual pode perpetuar estigmas prejudiciais e distorcer a compreensão da sexualidade humana.

O mesmo acontece de maneira muito semelhante no artigo de Justamand *et al.* (2023), que apresenta as mesmas considerações acerca de pinturas, novamente fazendo alusão às práticas zoofílicas e pedofílicas. Nesse texto, no entanto, os autores fazem uma nota de rodapé referente a “*Figure 1. The Boqueirão da Pedra Furada. Supposedly sex between People with shapeless sizes [sic]*”¹⁶ or the representation of pedophilia” (Justamand *et al.*, 2023, p. 12). A nota diz que.

Entendemos que alguns termos usados neste trabalho, como “pedofilia” e “zoofilia”, são atribuições modernas. Além de anacrônicos, eles podem ter um significado mais ético do queêmico. Assim, para aquelas sociedades, isso poderia ser uma representação mítica ou até mesmo um ritual (iniciação, passagem etc.) em que o ato em si não teria o mesmo significado que tem hoje. No entanto, optamos por usar esses termos convencionalmente, pois acreditamos que facilitará a compreensão do leitor (Justamand *et al.*, 2023, p. 12, tradução minha).

Empregar conceitos modernos para descrever práticas de sociedades antigas pode parecer facilitar a compreensão do leitor, mas essa abordagem traz sérios riscos. Primeiramente, desrespeita e marginaliza as nuances culturais e rituais dessas sociedades, prejudicando uma análise mais precisa e respeitosa. Além disso, compromete a integridade da pesquisa ao perpetuar visões simplificadas e equivocadas sobre o passado. Dificulta um entendimento mais profundo e contextualizado das dinâmicas sociais e sexuais dessas comunidades, impedindo uma interpretação genuína das práticas culturais antigas, essas infelizmente não estão sendo consideradas a partir de tudo que já fora disposto até aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É problemático que um trabalho arqueológico, supostamente baseado nos estudos de gênero e sexualidade, apresente reflexões e conclusões distorcidas. Essas obras não são adequadas nem recomendáveis como base para quem busca produzir interpretações coerentes com a materialidade, as memórias envolvidas e a teoria que fundamenta tais reflexões. Se não houver formas responsáveis de facilitar as interpretações, é melhor que não sejam feitas. Essas não são apenas leituras equivocadas sobre a cultura queer, são estudos, artigos e livros que reproduzem reflexões falaciosas, semelhantes ao discurso da extrema direita brasileira. Corpos são marcados por essas conclusões, corpos com cor, identidade de gênero e sexualidade. Como aponta Hartemann (2019, p. 107):

De fato, hoje, o discurso médico-científico moderno nos mata. Ao

¹⁶ O correto seria “*distinct sizes*”.

definir um corpo Como supostamente “natural”, legítimo, composto de um ou outro sexo biológico, Macho/fêmea, associado diretamente com identidades fixas de homem/mulher, bem como Comportamentos, desejos também associados com o “natural”, categoria posta como Exclusivamente legítima, a ontologia moderna legitima o aniquilamento de pessoas fora Dessa norma.

Além das sociedades pré-históricas, esse discurso afeta uma comunidade de resistência que já enfrenta perseguição pública. Políticos na Câmara e no Congresso Nacional frequentemente demonizam a comunidade LGBTQIAPN+, argumentando que a liberação do casamento entre pessoas do mesmo sexo levaria à liberação de casamentos entre homens e animais ou homens e crianças. No discurso do relator deputado Pastor Eurico (PL-PE), apresentado ao Projeto de Lei n. 580/07, noticiado na manchete do *Correio Braziliense*, é mencionado que:

O relator se pautou em trechos bíblicos tentando demonstrar que as culturas antigas julgavam a homossexualidade um ‘fenômeno repreensível’ e defendeu que o instituto do casamento tem a finalidade da procriação (Oliveira, 2023).

O estudo e levantamento das possibilidades além do binarismo estrutural criam redes de atravessamentos que oferecem novas formas de olhar o passado. A contribuição dos elementos culturais e artísticos revela que a diversidade sexual sempre esteve presente na humanidade, embora as concepções binárias e heteronormativas tenham limitado o acesso a inúmeros vestígios na dinâmica histórica. Nesse contexto, é importante considerar como nossos ancestrais se relacionavam socialmente; minha crítica nunca foi sobre a existência dessa diversidade, mas sobre a maneira irresponsável como suas representações foram feitas.

As representações generificadas, como antropomorfos com características masculinas e femininas em posições que sugerem coito, podem refletir uma variedade de práticas sexuais, como masturbação e relações entre homens, mulheres e pessoas de diferentes gêneros, seja em pares ou em grupos. Essa diversidade não é o problema. A cisheteronormatividade é uma construção dos séculos XVIII e XIX, e sabemos que, ao longo do tempo e em diferentes contextos, práticas sexuais diversas têm sido comuns. Esse argumento é corroborado por autores nas teorias feministas e queer, que analisam como a sexualidade é moldada por normas sociais.

Entretanto, práticas como zoofilia e pedofilia são frequentemente interpretadas de maneira equivocada e superficial, muitas vezes baseadas em imagens que mostram indivíduos de tamanhos diferentes engajados em coito. Essas representações podem ser confundidas com relações entre pessoas de diferentes tamanhos, sem considerar a maioria e o consentimento, que exigem uma análise mais cuidadosa. No caso da zoofilia, é importante adotar uma perspectiva de perspectivismo, entendendo essas representações não como penetrações literais, mas como expressões míticas de relações sexuais entre diferentes grupos sociais, que mantêm uma personalidade comum, mesmo que esses grupos sejam distintos de nós.

Por fim, é fundamental esclarecer que, para as teorias feministas e queer, a pedofilia e a zoofilia são vistas como formas de violência contra sujeitos, sejam humanos ou não humanos, perpetuadas pela masculinidade cisheteronormativa e opressora. Essas práticas não devem ser consideradas exercícios de liberdade sexual, e sim manifestações

de uma modernidade que condena a fluidez de gênero e a liberdade sexual. Pedofilia e zoofilia são distúrbios psicossociais que emergem desse contexto moderno e não devem ser confundidos com outras expressões de sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Arkley Marques. A teoria queer em uma perspectiva brasileira: escritos para tempos de incertezas. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1 [22], p. 34-53, 2019.
- BANDEIRA, Arkley Marques. Derrubando os muros para construir pontes: a arqueologia brasileira e a teoria queer. *Poliética*, v. 8, n. 2, p. 53-81, 2020.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHODOROW, Nancy. Family structure and feminine personality. In: TUANA, Nancy; TONG, Rosemarie Putnam (eds.). *Feminism and philosophy: essential readings in theory, reinterpretation, and application*. Londres (UK): Routledge, 2018. p. 199-216.
- CONKEY, Margaret W.; GERO, Joan M. Programme to practice: gender and feminism in archaeology. *Annual Review of Anthropology*, v. 26, p. 411-437, 1997.
- DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Bloomington (US): Indiana University Press, 1987.
- DE LAURETIS, Teresa; SILVA, Gabriel Bosco Vaz da; SOUZA, Leonardo Lemos de. Gênero e teoria queer. *Albuquerque*, v. 13, n. 26, p. 165-176, 2021.
- ESCÓRCIO, Eliana Möller. *Pescadores-coletores do litoral do estado do Rio de Janeiro: um olhar sobre idade e gênero*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- FERREIRA, Lúcio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia como prática política. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 4, n. 1, p. 9-12, 2009.
- FIRMINO, Flávio Henrique; PORCHAT, Patricia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, v. 19, n. 1, p. 51-61, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *The history of sexuality: An introduction*. [S. l.]: Vintage, 1990.
- RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex. In: REITER, Rayna (Ed.). *Toward an Anthropology of Woman*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.
- GILCHRIST, Roberta. *Gender and archaeology: contesting the past*. Londres (UK): Routledge, 2012.
- GOMES, Francisco. Arqueologia e gênero(s): de strange bedfellows a um paradigma de leitura crítica do Passado. *Revista Sapiens*, v. 5, p. 6-30, 2011.
- GONTIJO, Fabiano de S.; SCHAAN, Denise P. Sexualidade e teoria queer: apontamentos para a arqueologia e para a antropologia brasileiras. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 51-70, 2017.

- GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, violência e sofrimento. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 6, p. 1-22, 1998.
- HARTEMANN, Gabby. Nem ela, nem ele: por uma arqueologia (trans*) além do binário. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1, p. 99-115, 2019.
- HODDER, Ian. Multivocality and social archaeology. In: HABU, Junko; FAWCETT, Clare; MATSUNAGA, John M. (eds.). *Evaluating multiple narratives: beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies*. Nova York: Springer, 2008. p. 196-200.
- JUSTAMAND, Michel. O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato, Piauí. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro Paulo A. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato-Piauí muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, v. 9, n. 99, p. 53-56, 2014.
- JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro Paulo A. Representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, PI, Brasil. *Anuario de Arqueología*, v. 8, p. 29-44, 2016.
- JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro Paulo A.; ALARCÓN-JIMÉNEZ, Andrés. Arqueologia da sexualidade: representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara. São Paulo: Alexa Cultural, 2016.
- JUSTAMAND, Michel et al. Representações de práticas sexuais nos registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI-Brasil. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, n. 18, p. 274-291, 2017.
- JUSTAMAND, Michel et al. A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara/PI, Brasil. *Revista de História da Arte e da Cultura*, v. 2, n. 2, p. 79-99, 2021a.
- JUSTAMAND, Michel et al. Novas notas sobre formas da sexualidade ancestral nas rochas do Parque Nacional Serra da Capivara-PNSC/PI. *Studies in Social Sciences Review*, v. 2, n. 2, p. 115-129, 2021b.
- JUSTAMAND, Michel et al. Aceita que dói menos: as relações homoafetivas presentes nas cenas rupestres do PNSC/PI-Brasil. *SOMANLU – Revista de Estudos Amazônicos*, v. 22, n. 1, p. 57-93, 2022.
- JUSTAMAND, Michel et al. The representations of ancestral sexuality in rock art, Serra da Capivara National Park, Piauí, Brazil. *Anuario de Arqueología*, v. 15, p. 9-17, 2023.
- KELLY, Joan. *The doubled vision of feminist theory: a postscript to the “Women and Power” conference*. Ann Arbor (US): Michigan Publishing, 1979.
- LIMA, Dhara Rodrigues. *Arqueologia de Gênero e Arqueologia Feminista: Termos de Diferença e Termos que Aproximam*. In: SAB Nordeste 2020 (Ed.). *Caderno de Resumos*. João Pessoa: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, v. 9, p. 541-553, 2001.

- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, n. 46, p. 201-218, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, v. 19, p. 17-23, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2018.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008.
- MAIHOFFER, Andrea. O gênero como construção social-uma consideração intermediária. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p. 874-888, 2016.
- MARTÍ, Ruth Falcó. *La arqueología del género: espacios de mujeres, mujeres con espacio*. Alacant: Centro de Estudios sobre la Mujer, 2003.
- MISKOLCI, Richard. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 681-693, 2006.
- MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, n. 21, p. 150-182, 2009a.
- MISKOLCI, Richard. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre a teoria queer e a obra de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009b. p. 325-338.
- MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual*. Rio de Janeiro: Achiamé-Socii, 1979.
- NICODEMOS, Nayara Kallyne Quirino Ferreira. “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”: um debate acerca da identidade social da mulher. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.
- OLIVEIRA, Débora. Casamento homoafetivo: quem são os deputados que votaram contra e favor. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 10 out. 2023.
- ORTNER, Sherry. Symbols, gender, practice. In: MOORE, Jerry D. *Visions of culture: an introduction to anthropological theories and theorists*. Lanham (US): Altamira Press, 2004.
- PAGNOSSI, Nádia Carrasco. Construindo uma arqueologia de gênero. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 1, p. 50-66, 2017.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.
- PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.
- PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PESSIS, A. M. Método de interpretação da arte rupestre pré-histórica: análise preliminar da ação. *Revista de Arqueologia*, v. 2, n. 1, p. 47-58, 1984.
- PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da pré-história: Parque Nacional Serra da Capivara*. São Raimundo Nonato: FUNDHAM, 2003.

- PESSIS, Anne-Marrie. Arqueologia de gênero: teoria e fato arqueológico. *Clio* (Série Arqueológica), v. 18, p. 11-25, 2005.
- PESSIS, Anne-Marie; CISNEIROS, Daniela; MUTZENBERG, Demétrio. Identidades gráficas nos registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. *Revista Fundamentos*, v. 15, n. 2, p. 33-54, 2018.
- RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 89-98, 1998.
- RIBEIRO, Loredana. Sobre pinturas, gravuras e pessoas – ou os sentidos que se dá à arte rupestre. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 11, n. 20-21, p. 157-182, 2009.
- RIBEIRO, Loredana *et al.* A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017.
- RUBIN, Gayle. The “political economy” of sex. *Feminist Anthropology: a reader*, v. 87, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. Políticas Públicas e Igualdade de Gênero. *Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher*, n. 8, p. 35-42, 2004.
- SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.
- SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. *cadernos pagu*, n. 12, p. 109-120, 1999.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- TRIGGER, Bruce G. “Alternative archaeologies” in historical perspective. *In: HABU, Junko; FAWCETT, Clare; MATSUNAGA, John M. (eds.). Evaluating multiple narratives: beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies*. Nova York: Springer, 2008. p. 187-195.
- VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, v. 6, n. 13, p. 90-109, 2014.
- VOSS, Barbara L. Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. *In: INSOLL, Timothy (ed.). The archaeology of identities*. Londres (UK): Routledge, 2007. p. 138-150.
- WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Narrativas arqueológicas e museológicas sob-rasura: provocações feministas. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 35-50, 2017.
- WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. A arqueologia e a produção de narrativas sobre gênero e sexualidade: entre silenciamentos e estereótipos. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12., 2021, Florianópolis. (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2021.
- WYLIE, Alison. The engendering of archaeology refiguring feminist science studies. *Osiris*, v. 12, p. 80-99, 199